



[Handwritten initials]

ACTA N.º 14 – Aos onze dias do mês de Novembro do ano dois mil e onze, nesta Cidade de Santa Maria da Feira, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e três horas e cinquenta minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida, na ausência do Exmo. Senhor Presidente da Assembleia – José Manuel Moreira Cardoso da Costa, pelo Exmo. Senhor Sérgio Reis Ribeiro – Primeiro Secretário da Mesa, e secretariada pelo Senhor Francisco Barbosa de Oliveira Maia – Segundo Secretário da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – **Pedido de Suspensão do Mandato do Membro Richard Armando de Sá Neves;** ----
- 2 – **Acta N.º 13 – Sessão Ordinária de 30 de Setembro de 2011;** ----
- 3 – **“Construção do CCTAR – Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua”** ----
- **Autorização da repartição de encargos;** ----
- 4 – **Candidatura no âmbito do Empréstimo-Quadro (EQ) ao BEI** ----
- **Financiamento no montante de 1.346.920,00 €.** ----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Alfredo de Oliveira Henriques, e pelos senhores vereadores Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, José Manuel da Silva Oliveira, Celestino Augusto Soares Portela, Alcides Alves Branco de Carvalho, António Ferreira de Bastos, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, Sérgio Manuel Murteira Cirino e Márcio dos Santos Correia. ----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* declarou aberta a sessão, saudando os membros presentes. Deu nota da impossibilidade do Sr. Presidente da Assembleia estar presente na sessão, pelo que, como Primeiro Secretário da Mesa, iria presidir a mesma. ----
Assim sendo, alertou para o facto de ser necessário completar a Mesa da Assembleia – que no momento apenas era composta por um dos dois Secretários – convidado o grupo municipal do Partido Socialista a indicar, para esse efeito, um seu elemento, tendo sido indicada a deputada municipal Alexandra Patrícia Alves de Sousa, que tomou o respectivo lugar na Mesa. ----
Seguidamente, deu nota da entrada na Mesa, até àquele momento, de quatro credenciais: uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gião, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Sara Raquel Teixeira da Rocha Baptista de Freitas;



uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lobão, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Vogal daquele Executivo – José Pinto Ferreira; uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Vogal daquele Executivo – Manuel António Duarte Teixeira; e uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Vale, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Paulo Jorge Lopes e Silva.-----

A Assembleia foi ainda informada, pela Mesa, de que sete deputados municipais – nomeadamente os membros José Carlos Pinto da Silva (PSD), Antero Henrique Tavares Rocha Barbosa (PS), Manuel da Mota Pinho (PS), Leandro José Dias dos Reis (PS), Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto (PS), António de Oliveira e Silva (BE), e Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes (CDU) – solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em estarem presentes pelos motivos expostos nas próprias comunicações, serem substituídos nesta sessão. -----

Quanto à substituição do membro José Carlos Silva, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício, referiu que o cidadão a seguir na lista da mesma força partidária – Alberto de Oliveira Malta – através de comunicação remetida à Mesa, solicitou, de igual forma, ser substituído. Verificando que a cidadã imediatamente a seguir nessa lista – Maria Isabel Fontes Ribeiro da Silva – se encontrava presente para o efeito, informou a Assembleia que a Sr.^a Maria Isabel Silva substituíra, na sessão, o membro José Carlos Silva. -----

Quanto à substituição do membro Antero Barbosa, referiu que a cidadã a seguir na lista da mesma força partidária (PS) – Samanta Joana da Silva Maia – não se encontrava presente. Verificando que o cidadão seguinte dessa mesma lista – Manuel António de Oliveira Ferreira – se encontrava presente para o efeito, informou a Assembleia que o Sr. Manuel António Ferreira substituíra, na sessão, o membro Antero Barbosa.-----

Relativamente ao pedido de substituição do membro Manuel da Mota Pinho, comunicou que, nos termos da Lei, o mesmo é substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do PS, ou seja, pelo Sr. António Ferreira Pinto, que se encontrava presente para o efeito.-----

Referiu, quanto aos restantes membros do PS que solicitaram ser substituídos, nomeadamente os membros Leandro Reis e Carla Adriana Pinto, que não era possível proceder às respectivas substituições dado não se encontrar presente mais nenhum dos cidadãos seguintes na lista do PS.-----



Informou, ainda, que o membro António de Oliveira Silva é substituído na sessão pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do BE, ou seja, pelo Sr. Nuno Miguel Pinto Serrano. -- Quanto à substituição da deputada municipal Lúcia Gomes, referiu que o cidadão a seguir na lista da mesma força partidária (CDU) – Ricardo Jorge Dias Cardoso – através de comunicação remetida à Mesa, solicitou, de igual forma, ser substituído. Verificando que o cidadão imediatamente a seguir nessa lista – Pedro Lopes de Almeida – se encontrava presente para o efeito, informou a Assembleia que o Pedro Almeida substituída, na sessão, a deputada municipal Lúcia Gomes. -----

Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----
Adriana Marisa da Silva Cardoso; Adriano Serafim Resende Martins; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Ângelo César da Silva Castro; António Alves Cardoso; António André da Silva Topa; António Domingues Pereira; António Vilar de Oliveira; Arménio Magalhães de Oliveira; Fernanda Paula Marques Oliveira; Francisco Barbosa de Oliveira Maia; Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Manuel Fernandes Pinheiro; Marco Aurélio Oliveira Jesus; Maria Filomena Leite Ferreira; Maria Marília da Conceição e Paiva Brandão; Maria Olinda de Oliveira Reis Coelho; Pedro Miguel de Pinho Pereira; Rui Jorge Ribeiro Tavares; Telmo André dos Santos Gomes; Victor José dos Santos Neves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Jorge Oliveira Tavares Coimbra; Arrifana – Dário Soares de Matos; Canedo – Vítor Carlos Latourrette Marques; Espargo – Susana Alexandra Lopes Correia; Fiães – Bernardino Henriques Ribeiro; Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Guisande – Mário Luís Fernandes da Silva; Louredo – José Fernando Moreira; Lourosa – Sérgio Reis Ribeiro; Milheirós de Poiares – Augusto de Pinho Santos; Mosteirô – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio; Nogueira da Regedoura – Henrique Pereira Ferreira; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Pigeiros – Feliciano Martins Pereira; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; Sanfins – José Fernandes Leite; Sanguedo – José Nogueira da Silva; Santa Maria de Lamas – Francisco Camilo Gomes Pinto Ferreira; São Miguel de Souto – António Feliciano Tavares Pinho; S. Paio de Oleiros – David Ferreira Rodrigues; Travanca – António Sérgio Gonçalves Silva; e Vila Maior – Manuel Mota Araújo.



Seguidamente, e na sequência do que foi sugerido à Mesa e aceite pela mesma na sessão de 25 de Junho de 1999 quanto à omissão da leitura da síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, e que continuou a ter a aceitação de todos e por isso continua a ser prática durante este mandato, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício informou que se encontrava disponível a relação, bem como os respectivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem.

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 30 de Setembro de 2011:

- “E-mail do membro deste Órgão, Manuel Mota Pinho, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando requerimento a pedir a sua substituição na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2011 (*e-mail enviado no dia 30/09/2011 já depois do horário de expediente, pelo que só foi registado no dia útil seguinte, portanto, a destempo*);
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 19 de Setembro de 2011;
- Requerimento da deputada municipal Lúcia Alexandra Gomes (eleita pela CDU), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando esclarecimentos subordinados ao assunto “Projecto de compostagem”;
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, Parecer da Análise e Selecção da Candidatura no âmbito da Construção do Centro Escolar de Arrifana – documento entregue à Mesa da Assembleia pelo membro Rui Tavares, no decorrer da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de Setembro de 2011;
- E-mail por parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros da Assembleia Municipal, remetendo o Parecer da Análise e Selecção da Candidatura no âmbito da Construção do Centro Escolar de Arrifana – documento entregue à Mesa da Assembleia pelo membro Rui Tavares, no decorrer da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de Setembro de 2011;
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara



- Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, cópia do requerimento efectuado pela deputada municipal Lúcia Alexandra Gomes, em que solicita esclarecimentos subordinados ao assunto “Projecto de compostagem”; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, o teor da recomendação aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão realizada no dia 30 de Setembro de 2011, onde recomenda a implementação de um Orçamento de Base Zero;-----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério da Justiça sobre o “Tribunal da Feira”, subscrita pelos deputados daquele Grupo Parlamentar, José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia;-----
 - Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo cópia de um parecer elaborado pela Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local da CCDR-N, acerca do assunto “Eleitos locais – Exercício de funções na condição de aposentados – Exercício simultâneo de funções”;-----
 - Convite da Administração do Correio da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a apresentação das novas estratégias de comunicação e imagem daquele Semanário, evento que se realizou no passado dia 21 de Outubro; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, acusando a recepção do Parecer da CCDR-N acerca do assunto “Eleitos locais – Exercício de funções na condição de aposentados – Exercício simultâneo de funções”, informando que iria proceder à sua análise; -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 03 de Outubro de 2011; -----
 - E-mail da Suldouro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo convite para a visita do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território às instalações da Suldouro, que se levou a efeito no dia 19 de Outubro de 2011;-----
 - Circular n.º 1227/C do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinado ao assunto “Petição Não à



- redução de autarquias e trabalhadores”;
- E-mail do Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo circular 147/2011-PB, informando que se encontra disponível no site daquela Associação a Resolução aprovada pelo Conselho Directivo da ANMP, sobre a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012;
 - Ofício do Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na sessão extraordinária que aquela Assembleia realizou no dia 28 de Outubro de 2011, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa sessão;
 - Ofício do Subinspector-Geral da Inspeção Geral de Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que aquela instituição previa iniciar uma auditoria ao Município de Santa Maria da Feira no dia 4 de Novembro de 2011, inserida no projecto “Controlo do endividamento e da situação financeira da Administração Local Autárquica”;
 - E-mail do Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo circular 149/2011-PB, informando que se encontra disponível no site daquela Associação o Parecer sobre a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012 e a Resolução do Conselho Geral da ANMP relativa à Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012, aprovados pelo Conselho Geral da ANMP;
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 17 de Outubro de 2011;
 - Ofício do Coordenador da Comissão de Acompanhamento à Recuperação das Pedreiras de Lourosa (criada pela Assembleia Municipal), aos elementos que integram a Comissão, convocando-os para uma reunião de trabalho a realizar no próximo dia 18 de Novembro de 2011;
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão (remetido por protocolo), convocando-os para esta sessão extraordinária da



- Asssembleia Municipal, de 11 de Novembro de 2011, bem como informando qual a respectiva “Ordem do Dia”;
- Ofício do Sr. Presidente da Asssembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão extraordinária da Asssembleia Municipal, de 11 de Novembro de 2011, e indicando a respectiva “Ordem do Dia”;
 - Convite do Presidente de Direcção do Grupo Musical Estrela de Argoncilhe, ao Sr. Presidente da Asssembleia Municipal, para participar na Sessão Solene, Concerto Musical e Magusto Associativo, a levar a efeito hoje, dia 11 de Novembro de 2011, integrado no programa das comemorações do 85.º Aniversário daquela Colectividade;
 - Ofício do Sr. Presidente da Asssembleia Municipal, ao Presidente da Direcção do Grupo Musical Estrela de Argoncilhe, acusando a recepção do convite que lhe foi endereçado e lamentando não poder estar presente, aproveitando para felicitar aquela colectividade pelos seus 85 anos e desejando os melhores êxitos na sua actividade;
 - Ofício do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lobão – José Henriques dos Santos, ao Sr. Presidente da Asssembleia Municipal, informando, na impossibilidade de estar presente nesta sessão extraordinária da Asssembleia Municipal de 11 de Novembro de 2011, que em sua representação estará presente o Sr. José Pinto Ferreira, vogal daquela autarquia;
 - E-mail do membro deste Órgão, José Carlos Silva, ao Sr. Presidente da Asssembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão extraordinária da Asssembleia Municipal de 11 de Novembro de 2011, por se encontrar ausente do país por motivos de ordem profissional, solicitando a sua substituição na mesma, nos termos da lei;
 - E-mail do membro deste Órgão, Antero Henrique Barbosa, ao Sr. Presidente da Asssembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão extraordinária da Asssembleia Municipal de 11 de Novembro de 2011, por motivos pessoais, requerendo a sua substituição na mesma, nos termos da lei;
 - Comunicação da deputada municipal Lúcia Gomes, ao Sr. Presidente da Asssembleia Municipal, solicitando a justificação da sua falta a esta sessão extraordinária da Asssembleia Municipal de 11 de Novembro de 2011, uma vez não lhe ser possível estar presente por motivos profissionais, bem como a sua substituição pelo cidadão seguinte na lista eleitoral da Coligação Democrática Unitária;



- Comunicação de Ricardo Jorge Dias Cardoso – cidadão seguinte à Lúcia Gomes na lista eleitoral da Coligação Democrática Unitária, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a justificação da sua falta a esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 11 de Novembro de 2011, uma vez não lhe ser possível estar presente por motivos profissionais, bem como a sua substituição pelo cidadão seguinte na mesma lista eleitoral;-----
- E-mail do membro deste Órgão, Manuel da Mota Pinho, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 11 de Novembro de 2011, por motivos particulares inadiáveis, requerendo a sua substituição na mesma, nos termos da lei; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gião – Manuel Joaquim Baptista Cardoso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando, na impossibilidade de estar presente nesta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 11 de Novembro de 2011, que em sua representação estará presente a Dr.ª Sara Raquel Teixeira da Rocha Baptista de Freitas, Secretária daquela Junta de Freguesia; -----
- Ofício do Presidente da Comissão Executiva da AMP – Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo exemplar da iPorto 21 – agenda metropolitana da cultura (bimestre de Novembro e Dezembro de 2011) que reúne os vários eventos da área da cultura dos 16 Municípios que integram a AMP;-----
- E-mail do membro deste Órgão, Leandro Reis, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 11 de Novembro de 2011, por motivos profissionais, requerendo a sua substituição na mesma, nos termos da lei; -----
- Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”-----

1 – Pedido de Suspensão do Mandato do Membro Richard Armando de Sá Neves -----
O Sr. Presidente da Assembleia em exercício apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento do requerimento remetido à Mesa pelo membro Richard Neves (do grupo municipal do PS), registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 18.932, em 30 de Setembro de 2011, cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----



“Exmo. Senhor -----

Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira -----

Richard Armando de Sá Neves, titular do Cartão de Cidadão n.º 11876894, válido até 19/06/2015, contribuinte fiscal n.º 228175852, residente na Rua Serge Reggiani, n.º 5, 6.º Esquerdo, freguesia de Lamações, concelho de Braga, eleito pelo Partido Socialista nesta Assembleia, vem, ao abrigo do disposto no art. 49.º do Regimento da Assembleia Municipal em vigor, requerer a Suspensão do seu mandato por um período de 12 meses, por motivo de ausência temporária da área do concelho de Santa Maria da Feira. -----

E.R.D. -----

Braga, 28 de Setembro de 2011 -----

O Requerente -----

(Richard Neves).” -----

Submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 56 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar a suspensão do mandato do membro Richard Armando de Sá Neves, por um período de doze meses. -----

2 – Acta N.º 13 – Sessão Ordinária de 30 de Setembro de 2011 -----

O Sr. Presidente da Assembleia em exercício submeteu a apreciação dos senhores membros a acta supra-identificada que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da acta, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento após as últimas alterações introduzidas. Perguntou se algum dos Srs. deputados municipais tinha algum reparo a fazer ao teor da referida acta. -----

Pediu a palavra o membro *Nuno Serrano* (BE) para fazer um pedido de esclarecimento à Mesa. Questionou qual a razão para, na acta em referência, não constar todas as declarações proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente quando o mesmo referiu, no Período de Antes da Ordem do Dia da sessão em causa, quando respondia à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, que não era apenas aquela Junta de Freguesia que ainda não tinha recebido da Câmara as verbas combinadas referentes ao ano de -----



2011, mas que eram todas as Junta de Freguesia do Concelho que estavam nessa situação. Salientou, a propósito, que na Assembleia da República até os apartes são transcritos para as actas das sessões.-----

Perante o pedido de esclarecimento efectuado, o *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* questionou ao Sr. Presidente da Câmara, uma vez que o membro Nuno Serrano aludiu a uma afirmação que teria sido proferida pelo mesmo, se tinha algo a dizer a esse respeito.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* confirmou a afirmação a que o membro Nuno Serrano fez referência, dizendo que se a mesma não consta na respectiva acta, então que, sem dramas, poderia constar da acta da presente sessão da Assembleia Municipal.-----

Fica então exarado na presente acta que o Sr. Presidente da Câmara confirmou estar em falta pagar às Juntas de Freguesia do Concelho, por parte da Câmara, as verbas combinadas referentes ao ano de 2011.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções, aprovar a Acta n.º 13, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2011.-----

Entrou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Escapães – Gastão Valente Pinto da Silva.-----

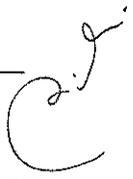
3 – “Construção do CCTAR – Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua”-----

- Autorização da repartição de encargos-----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 31 de Outubro de 2011 entretanto enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----



Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que começou por dar nota que já tinha presenciado o término de muitas sessões da Assembleia Municipal para além do aceitável, como às 3 horas da manhã, mas que nunca tinha visto uma sessão começar às 24 horas, ressaltando haver sempre uma primeira vez para tudo. -----

Sobre o CCTAR referiu que, na apresentação desse projecto realizada imediatamente antes da presente sessão, foi reconhecida a existência de falhas graves no projecto inicial, dizendo julgar que essas falhas também estariam plasmadas na memória descritiva do projecto do CCTAR. Referiu que a existência de tais falhas é uma linha comum dos projectos apresentados pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, fazendo sobressair que já seria tempo da Câmara evitar tais constrangimentos. -----

Salientou que, na apresentação do CCTAR, colocou uma pergunta relacionada com a sustentabilidade económica do projecto, não na parte da construção, mas para além disso, e que o Sr. Presidente da Câmara lhe respondeu em termos de gastos relacionados com a energia eléctrica. Sublinhou, nesse âmbito, que a abertura do equipamento implica outros custos, como os custos com a segurança, os custos de manutenção, os custos com o pessoal, entre outros, dizendo que pretendia ser informado quanto a essa matéria, bem como gostaria de saber qual a taxa de ocupação que permitirá a sustentabilidade do CCTAR. -----

Questionou, em seguida, se o CCTAR vai ser totalmente propriedade da Câmara ou se vai ter participação de terceiros, ressaltando, sobre isso, que já por diversas vezes foi referido, na Assembleia Municipal, aquando da discussão da possibilidade de demolir o Cine-teatro António Lamoso, que o novo equipamento seria uma parceria com a área comercial. Sublinhou que gostava de ver esclarecido esse aspecto. -----

Prosseguiu dizendo que um dos postos essenciais para a implementação do projecto do CCTAR é a demolição da escola EB1. Questionou se já se encontra calendarizada a construção da nova escola e se o seu financiamento está garantido, ou se se está a dar como um dado adquirido que essa escola vai ser demolida e depois isso não vir a acontecer, face aos constrangimentos orçamentais da Câmara Municipal e do País. Concluiu ressaltando que esses constrangimentos se agravarão com o próximo Orçamento de Estado do Governo PSD/CDS-PP. -----

O Sr. Presidente da Assembleia em exercício recordou que o que estava em discussão era,



somente, uma autorização de repartição de encargos. -----

Usou da palavra o membro *Pedro Almeida* (CDU) que começou a sua intervenção dizendo que o presente ponto da Ordem do Dia lhe parecia ser o momento adequado para discutir o projecto do CCTAR, ressaltando ser a presente repartição de encargos que vai determinar, em grande medida, o projecto de construção do mesmo. Referiu, portanto, crer ser o fórum e o momento adequado para colocar todas as questões que se entender necessárias, do ponto de vista político, sobre o projecto para o CCTAR. -----

Seguidamente, passou a ler documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Gostaria de saudar, em nome da CDU, o resultado do trabalho dos técnicos responsáveis pelo projecto arquitectónico hoje apresentado para o Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua de Santa Maria da Feira. Pela ousadia, pelo grau de inovação, pela potencial funcionalidade, e pelo valor estético, não podemos deixar de sentir a forte impressão que o modelo conceptual promove. -----

Sem embargo deste reconhecimento, o nosso dever de representação impõe-nos, aqui, exigências de responsabilidade política que nenhum de nós deve permitir que sejam ofuscadas pelo natural brilho de que se reveste esta apresentação. Apresentação que, é bom lembrar, foi reiteradamente solicitada desta tribuna pela CDU, desde há mais de um ano, e que nos congratulamos de ver, finalmente, levada a efeito. -----

Não podemos, porém, deixar de lamentar a forma como nos é trazido aqui este “projecto”. Pedimos uma apresentação pública, e deram-nos, hoje, conta de um plano já inteiramente definido, fechado, ultimado. Para que querem, afinal, ouvir os eleitos desta Assembleia? Será que, no entender do Executivo, esta Assembleia serve apenas para autorizar a repartição de encargos? Lamentavelmente, não há muita diferença entre isto que hoje aqui se passou e ver a obra concluída, in loco. Assinalamos com pena que este Executivo insiste na insensibilidade à opinião dos cidadãos, das colectividades, das forças democraticamente eleitas para representação dos munícipes, e não podemos deixar de nos sentir lesados por isso. -----

Mas, talvez mais premente do que isto, será ponderar a adequação deste projecto às circunstâncias actuais. Numa altura em que a palavra de ordem é a contenção e a racionalização de meios, o timing para este projecto não podia, a nosso ver, ser pior. E entendamo-nos: não defendemos, pela nossa parte, nem nunca foi essa a nossa postura, o



congelamento do investimento e a suspensão da iniciativa pública porque a troika estrangeira vem agora dizer que andamos a viver acima das nossas possibilidades. O que não nos parece sensato é embarcar num plano de demolições no centro da cidade, rumo a um plano ambicioso de construções de raiz. Quando não se percebe, em rigor, qual o volume de públicos e a oferta associativa e cultural disponível, esta aventura parece-nos ainda menos justificável. Quando proliferam, pelo concelho, os elefantes brancos, é de mau tom a Câmara embandeirar em arco e seguir adiante, debaixo dos apelos que chamam a atenção para o facto de que o rei vai nu. Não sabemos que planos há para o Europarque. Não nos dizem o que pensam fazer com o edifício desactivado do Tribunal. Os planos que existiam para o antigo Matadouro, e que justificaram investimentos na infraestruturas, parecem agora não interessar a ninguém. Já chega de tiros mal calculados. -----

Hoje, como nós há muito defendemos, o imperativo categórico deveria ser o da reabilitação urbana: reabilitar, potenciar estruturas existentes, requalificar património edificado, maximizar a capacidade de crescimento das estruturas físicas e dinâmicas humanas disponíveis. A pergunta que, em nosso entender, nos deveríamos, todos sem excepção, colocar, é: o que seria possível fazer com estes um milhão, cento e vinte e cinco mil euros que a Câmara terá que desembolsar, sem demolir património, aproveitando o Cine-teatro António Lamoso, e ainda, porque não, as instalações em breve desocupadas da Escola EB1 do Montinho? Que boas práticas de reciclagem arquitectónica seríamos capazes de implementar aqui, explorando a criatividade da equipa técnica desta Câmara Municipal? O que conseguiríamos fazer com esta verba ou até com verba menor, sem a necessidade de recorrer ao QREN, e recusando este exercício de apagamento de uma parte significativa da memória física da cidade, que é o que representa a demolição do Cine-teatro?-----

Outro executivo, com outras prioridades e outros horizontes, procuraria estimular a criatividade técnica ao serviço da requalificação do património. Outro executivo, e o Cine-teatro seria considerado uma obra “vintage” a preservar e reabilitar, integrado, porque não, no cenário da pedreira das Penas devidamente intervencionado e convertido em espaço de lazer, como este projecto prevê (e bem). Não esta Câmara, não este Executivo. -----

Bastante revelador deste hábito de dar um passo maior do que a perna, ou, se preferirem, de colocar a carroça à frente dos bois, é o facto, pouco referido, de não existir nenhum documento programático subjacente às projecções gráficas multimédia que fazem as



apresentações do projecto. É sintomático de um certo vazio de ideias que não haja, tanto quanto nos é dado saber, uma identificação rigorosa dos objectivos deste projecto, das linhas orientadoras da programação a realizar, nem sequer um plano fundamentado de metas e meios, ao nível cultural e artístico, que justifiquem e legitimem este espaço. Não nos iludamos: eventos como a Viagem Medieval, o Imaginarius ou a Terra dos Sonhos são acontecimentos pontuais (tão pontuais, que chegaram a propor realizá-lo de dois em dois anos). Outra coisa, muito diferente, é estruturar um calendário permanente de espectáculos, residências artísticas, dinamização de projectos de intervenção. Nada disto é de geração espontânea: exige um trabalho exaustivo de preparação, um período de incubação demorado e auto-reflexivo, uma consolidação de objectivos e de públicos bastante séria e responsável. Outros municípios, com muito menos investimento em infraestruturas, vêm desenvolvendo um trabalho bem mais permanente na área cultural do que aquele que serve de mote a este projecto. Não queiramos começar a construir esta casa pelo telhado.-----

E, para nós, sobram paradoxos aparentemente irresolúveis. Ao que tudo indica, há dificuldades financeiras que condicionam a construção do Centro Escolar da Feira, mas não haverá falta de dinheiro para o CCTAR. Como serão coordenadas as datas de construção do CCTAR com a demolição da EB1 do Montinho, e para onde irão os alunos, caso a escola seja demolida antes da conclusão da construção do Centro Escolar da Feira? Ou ainda os problemas estruturais nos acessos e a elevada probabilidade de criação de problemas de tráfego no centro da cidade, com a afluência de trânsito a ruas demasiado estreitas, com circulação excessiva e incapazes de fazer escoação do trânsito.-----

E é curioso notar como foi cuidadosamente evitado o tema do centro comercial do grupo Sonae a nascer associado a este projecto – salvo que entendermos que o “intercâmbio e consumo de projectos criativos” que surgia referido num dos slides fazia referência à inventividade comercial da Sonae, que lhe permitiu, pelo visto, disfarçar uma superfície comercial num projecto artístico e cultural. Mas o que dirá este Executivo aos comerciantes do centro da cidade, para lhes explicar a decisão de permitir que se instale ali, no coração da Feira, uma loja do grupo Sonae? E que contrapartidas exigiu a Câmara, face a uma concessão com a atractibilidade desta? Permita-nos, a Câmara, uma sugestão: porque não, a título de contrapartida, e tendo em vista introduzir um elemento de justiça em todo este processo, exigir da Sonae que financie a reabilitação do Mercado Municipal? Não iriam, com toda a



B C

certeza, ficar prejudicados na sua iniciativa... -----

Não podemos, também, permitir que passe despercebido o desajustamento deste projecto às necessidades das associações locais. Qual a mais-valia de um espaço cujo auditório tem uma capacidade de cerca de 600 pessoas? A verdade é que o município precisa de salas mais pequenas. As mais de duzentas associações do Concelho vão continuar sem dispor de uma sala adequadamente dimensionada às suas necessidades. -----

E, repetindo a pergunta que foi oportunamente levantada pelo jovem na sessão de apresentação deste projecto, quanto terão que pagar os artistas e criadores do concelho para usufruir das valências destes espaços? -----

Gostaríamos ainda de saber qual a entidade que se prevê que venha a gerir esta estrutura, e quantos postos de trabalho se prevê que possam ser criados mediante este investimento superior a um milhão de euros. -----

Muitas perguntas que adivinhamos que venham a ficar sem resposta. Infelizmente, começa a parecer-nos que este projecto é como um veleiro no interior de uma garrafa de vidro. Ao princípio, fascinante. Depois, pouco mais do que inútil. -----

Por fim, e em face de todos os considerandos expostos, entendemos que, sem prejuízo do mérito intrínseco deste projecto, esta não é a decisão política mais responsável, tampouco a mais coerente. A Câmara não soube declinar da melhor forma o tempo e o modo, e nós não iremos contribuir para uma conjugação enviesada.” -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que começou por considerar ter havido alguma perturbação das intervenções provocado, no seu entendimento, por uma má elaboração da ordem de trabalhos, ressaltando que, em primeiro lugar, deveria ser discutido o financiamento e, posteriormente, a repartição de encargos, ou seja, que o ponto número quatro da Ordem do Dia deveria ser discutido previamente ao ponto número três. -----

Disse, por isso, que considerava que a intervenção efectuada pelo membro Pedro Almeida e, em certa medida, as questões colocadas pelo membro Nuno Serrano, deveriam acontecer no ponto número quatro da Ordem do Dia e não no presente ponto, referindo, contudo, que por uma questão de racionalidade de tempo, iria, também ele, antecipar a intervenção que tencionava fazer no ponto seguinte da Ordem do Dia. -----

Quanto à autorização da repartição de encargos para a construção do CCTAR, disse que o



grupo municipal do PS considera tratar-se de uma decisão de mera gestão administrativa, da responsabilidade da Câmara, e que não tinha qualquer reparo a fazer quanto a essa questão. --- Ressaltou, todavia, que relativamente ao financiamento do CCTAR, a apreciação que o grupo municipal do PS faz é muito grave, dada a dimensão da obra e ao facto de não terem sido avaliados os impactos que a mesma vai trazer à vida dos feirenses que moram no centro da cidade. - -----

Frisou que o Partido Socialista está ao lado do projeto e apoia a sua construção, salientando que o projeto escolhido é, em termos técnicos, interessante, mas que não é essa a avaliação que cabe fazer aos membros da Assembleia. Fez sobressair que os membros não estão na Assembleia como técnicos mas sim como políticos e, como tal, devem fazer a apreciação política dos casos, sublinhando ser essa apreciação que iria fazer. -----

Referiu serem muitos os bons projectos para o Concelho de Santa Maria da Feira, dando como exemplos a via estruturante Feira-Nogueira, o Parque Empresarial da Cortiça, os Centros Escolares em falta, dizendo contudo que, apesar de muito bons projectos, encontram-se, infelizmente, sem serem concretizados. -----

Disse que a construção do Centro de Artes seria, num primeiro momento, conseguida através do aproveitamento das instalações do antigo Matadouro, salientando que essa ideia lhe parecia interessante e não muito dispendiosa. Salientou que, posteriormente, a localização mudou para a utilização do antigo edifício do Tribunal e que, mais recentemente, no segredo dos gabinetes da Câmara, apareceu um projeto publicamente apresentado fora do concelho, com uma estimativa na ordem dos 12 milhões de euros mas que, entretanto, pelas razões que já foram explicadas, acabou reduzida para os 8 milhões de euros. -----

O membro António Cardoso prosseguiu a sua intervenção dizendo que o primeiro reparo que tinha a fazer era para a política dos factos consumados, frisando ser essa a política praticada pelo Executivo da Câmara Municipal. Disse que acabou de presenciar a apresentação de um equipamento que não foi objecto de qualquer discussão e apreciação pública, frisando que a construção do Centro de Artes merecia o debate público, no qual os feirenses pudessem pronunciar-se e participar da decisão. Sublinhou que o debate não é política da Câmara, que a Câmara não quer debates, que prefere decidir e apresentar factos consumados. -----

Frisou não ser apenas a questão da construção do Centro de Artes que está em causa mas, também, a questão da construção de uma grande superfície comercial, a localizar-se no centro



da cidade. Nesse âmbito, questionou como vai ficar o pequeno comércio, adiantando que esse pequeno comércio ficará mais arruinado do que na situação em que se encontra actualmente. Disse que os impostos desses pequenos comerciantes vão para os cofres das finanças de Santa Maria da Feira mas que os impostos dessas grandes superfícies vão ser entregues nos municípios do Porto, Lisboa, Maia ou noutros, questionando se ninguém pensou nesse aspecto. -----

Perguntou se a demolição do Cine-teatro António Lamoso é assim tão urgente, dizendo que o será uma vez que atrapalha a funcionalidade da dita superfície comercial. -----

Aludiu ao provável aumento de trânsito na zona onde vai ficar o pólo II do CCTAR, sublinhando tratar-se de uma zona cuja envolvente já tem um campo de futebol, um hospital, um tribunal, uma repartição de finanças e uma zona escolar, para questionar se foram estudadas e avaliadas as consequências pela existência desse pólo do CCTAR. -----

Disse ser sabido que a Câmara é carismática em não ouvir as pessoas e que, portanto, ninguém estranha o que está a acontecer, questionando se o papel dos membros da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira é o de serem meras figuras decorativas. Salientou que se recusa fazer esse papel e que, nessa medida, deixava o seu protesto pelo facto de o CCTAR não ter merecido o debate público. -----

Ainda a esse respeito, disse haver, dentro e fora da Câmara, mais responsáveis que são cúmplices pela não existência do debate público, referindo que isso tinha de o dizer com frontalidade. -----

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que o segundo reparo que tinha a fazer relaciona-se com a questão da rentabilidade e sustentabilidade económica do equipamento. Disse ter sido apresentado um estudo sobre o qual tinha algumas reservas, ressaltando que o mesmo fala nos custos com a energia eléctrica mas não fala nos restantes custos, tais como os relacionados com a vigilância, com a limpeza, com a jardinagem, entre muitos outros, dizendo haver uma série de questões que, para efeitos de elaboração do estudo, deveriam ter sido mais aprofundadas. Focou que, apesar disso, o estudo fala em mais de 150 mil euros, no mínimo, para os custos relacionados com a energia eléctrica. Nessa medida, perguntou como vai ser, depois de construído, sustentado o CCTAR, questionando se será mais um equipamento para a Feira Viva gerir e apoiado pelo orçamento municipal. -----

Referiu que, segundo foi dito, a Feira Viva vai ser instalada no CCTAR e, portanto, vai gerir



o equipamento, salientando que, quando não houver dinheiro, será o orçamento da Câmara a pagar, cortando-se nas verbas para as Juntas de freguesia. -----

Questionou como pode a Câmara sacrificar a sua capacidade de endividamento para um investimento com viabilidade duvidosa, dizendo, a esse respeito, que o Sr. Presidente da Câmara teve, a certa altura, a lucidez de dizer que tinha reservas quanto ao projecto. -----

Disse, em seguida, a propósito da construção do Europarque, sentir-se traído, e que o Sr. Presidente da Câmara também se sentirá dessa forma, referindo que, presentemente, ninguém quer o Europarque mesmo que oferecido e que, futuramente, o mesmo poderá vir a acontecer com o CCTAR. Fez sobressair que a sustentabilidade do CCTAR pode ser muita violenta para os cofres municipais. -----

Recordou que, no passado, foram levantadas bandeiras do Mapinorte, de campos de golfe, do projecto Marva, da indústria cinematográfica, dizendo, a esse respeito, já ter visto muitos filmes e que já chega de alimentar “elefantes brancos”. -----

Pedi à Câmara para que a mesma parasse para reflectir, para que não fossem cometidos erros de planeamento tais como os que se cometeram na construção do pavilhão do Clube Desportivo de Fiães, ressaltando que esse foi um projecto mal elaborado e mal acompanhado que acarretou custos acrescidos para o erário público e para o orçamento municipal. -----

Fez notar que a Câmara vive numa situação de incumprimento das suas obrigações, não pagando às Juntas de Freguesias nem às Associações e, apesar dessas dificuldades financeiras e da austeridade que se vive, decidiu entrar numa obra onde tem de arranjar entre 850 mil euros a 1 milhão de euros. -----

Salientou que a Câmara já não tem muito onde se socorrer, que já vendeu ao desbarato os anéis que tinha, ou seja, os Serviços de Água e Saneamento, numa altura em que outros municípios, em sentido contrário, vão capitalizando milhões para entregar parte desses serviços ao sector privado. -----

Frisou, a propósito do CCTAR, estar-se perante um facto consumado e que, como tal, tudo o que for dito na Assembleia Municipal não vai alterar em nada o desenrolar do processo e que, por isso, o grupo municipal do PS não iria estar com muitas preocupações nesse sentido. -----

Concluiu a sua intervenção fazendo sobressair que a Câmara, pelo menos, deveria ter ouvido as pessoas, dizendo que, num poder local democrático, seria esse o proceder adequado. -----



Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD), que começou por dizer que não tencionava intervir porque considerava que o ponto da Ordem do Dia em discussão não o merecia, ressaltando ser óbvio que o grupo municipal do PSD vota favoravelmente o assunto.-----

Referiu que todos têm os seus direitos, até o direito à asneira, mas que também há que ter em conta o dever do bom senso, apelando para que os discursos se adequem às matérias que estão em discussão.-----

Disse ter ficado perplexo com algumas das intervenções efectuadas, ressaltando, contudo, que a CDU, apesar de tecer alguns elogios ao projecto do CCTAR, tem sempre de arranjar um pretexto porque lhe custa muito votar favoravelmente seja o que for, por mais óbvio que o assunto seja.-----

Prosseguiu dizendo que não esperava a intervenção realizada pelo membro António Cardoso, salientando que até lhe fez parecer que estava em período pré-eleitoral, de tanta abordagem que foi feita.-----

Ressaltou que a CDU, o BE e o PS sempre defenderam a requalificação do Cine-teatro António Lamoso e que, repetidamente, acusaram a Câmara por não resolver o problema da requalificação do Cine-teatro António Lamoso com o argumento de que essa era uma necessidade para todo o Concelho e para todas as suas associações.-----

Frisou que, entretanto, surgiu a oportunidade da Câmara apresentar uma candidatura ao QREN, não para requalificar o Cine-teatro António Lamoso mas sim para algo muito melhor e gastando, provavelmente, muito menos do que gastaria com a requalificação. Sublinhou não entender que se critique essa situação.-----

Dirigindo-se ao membro António Cardoso, perguntou como é que alguém que sempre defendeu um mega pavilhão gimnodesportivo, para realizações desportivas, pode criticar a oportunidade de aproveitar os fundos do QREN para realizar um projecto que a todos devia honrar e que todos deviam aplaudir, em que a Câmara tem a seu cargo apenas 20% de investimento sobre o custo total.-----

Concluiu a sua intervenção dizendo que foram, de modo oportunista, faladas questões que não eram sequer chamadas para o assunto em discussão, e que isso foi feito com o intuito de ofuscar uma situação que devia ser absolutamente óbvia e clara para todos.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer estranhar algum tipo de



intervencões e que, ao ouvi-las, se dá a pensar que, realmente, o povo de Santa Maria da Feira tem sempre razão, e que os feirenses já disseram, pelo menos três vezes seguidas, de quatro em quatro anos, que não querem a linha da demagogia e o pensamento de querer enganar as pessoas. Sublinhou que as pessoas não se deixam enganar com demagogia barata. -----

Recordou que, na altura, o discurso típico tido pelo Partido Socialista, a propósito do Europarque, foi o de apelar ao Presidente da Câmara para que fizesse tudo para não perder o Europarque, salientando que, agora, o Partido Socialista vem dizer que o Europarque foi a maior asneira, culpando o Presidente da Câmara. -----

Nesse âmbito, referiu que há-de vir brevemente a público que o Europarque, embora não tendo capacidade para fazer a amortização do investimento, tem receitas superiores aos custos de exploração. -----

Em jeito de comentário, disse que o Europarque tem uma rentabilidade muito superior, por exemplo, ao Museu dos Transportes do Porto, mas que nunca ouviu ninguém, principalmente as pessoas do Porto, criticar o Museu dos Transportes do Porto, explicando que a razão disso é que os portuenses sentem que o Museu de Transportes é do Porto, apesar de pago por todos, enquanto que o Europarque nunca teve qualquer tipo de apoio por parte do Estado. Focou que, agora, o Estado vai ter que cumprir a responsabilidade que assumiu com o Europarque, mas que essa é uma discussão que será tida oportunamente. -----

Passou a aludir ao CCTAR, dizendo que o mesmo foi resultado de um processo evolutivo, sempre para melhor, recordando que, inicialmente, pensou-se localizar o CCTAR no Matadouro mas que se entendeu que gastar dinheiro no Matadouro não resolvia o problema da cidade. Salientou que, entretanto, encontrou-se uma outra solução muitíssimo mais favorável em termos financeiros, ressaltando que tivera a ocasião de expor isso mesmo na apresentação que efectuou, do projecto do CCTAR. -----

Sobre a afirmação de que vai ser feito um centro comercial junto ao CCTAR, disse ser uma pura mentira, que proferir uma afirmação dessas é querer enganar as pessoas, fazendo sobressair que não vai ser feito nenhum centro comercial, mas sim uma loja com metade da área do hipermercado E. Leclerc. -----

Frisou ter sido precisamente alguém ligado ao E. Leclerc que meteu uma providência cautelar contra a loja, e não os pequenos comerciantes, dando nota que a concorrência não é com os pequenos comerciantes porque esses vão continuar a vender o que vendiam. Disse ter ficado



admirado por o Partido Comunista ter defendido, no caso concreto, o E. Leclerc, frisando, uma vez mais, que foi alguém ligado àquela empresa que meteu uma providência cautelar contra a construção da nova loja. -----

Ressaltou que quando as pessoas não conhecem as realidades não deviam falar, dizendo haver muita gente a fazer grandes discursos, como se fossem os donos da verdade, quando nem sequer conhecem a realidade local. -----

Relativamente à questão da sustentabilidade, disse que as pessoas, como já traziam os discursos escritos, não ouviram o que foi dito na apresentação do projecto do CCTAR. -----

No âmbito dessa matéria, explicou que o funcionamento do pólo II do CCTAR vai funcionar exactamente nos mesmos moldes em que funciona, actualmente, o Cine-teatro António Lamoso. Salientou que o novo equipamento irá gastar mais em energia porque tem outras condições mas que, em termos de pessoal, vai ser exactamente a mesma situação. Informou que existe um funcionário destacado para o Cine-teatro António Lamoso, mas que esse funcionário só se encontra no Cine-teatro quando ali são realizados eventos. -----

Disse ser esse tipo de gestão que se pretende manter para o pólo II do CCTAR, ressaltando que a água vai estar desligada, as luzes vão estar apagadas, os sistemas de AVAC desligados, e que só serão ligados quando houver espectáculos. Referiu que há-de haver aumento nos custos mas que também é preciso ter consciência de que se trata de um equipamento com outras condições. Disse que a porta principal do edifício estará aberta todos os dias porque será ali instalada a Feira Viva, deixando a Câmara de pagar os 50 mil euros do aluguer pelas instalações actuais da Feira Viva. Frisou que tudo isso tem de ser contabilizado. -----

Relativamente ao pólo I do CCTAR disse que seria bom que o mesmo funcionasse muitas horas uma vez que a previsão é que a ocupação do mesmo seja paga, ressaltando que se não for ocupado também não apresentará gastos porque o equipamento estará fechado, frisando, contudo, que não é isso que se deseja. -----

Prosseguiu dizendo já se ter habituado a que haja muito falatório na altura em que determinado problema está na fase de ser resolvido, dando nota que, pelas intervenções efectuadas, alguns membros da Assembleia dão a entender que ficam muito preocupados quando constatarem que a Câmara vai conseguir resolver determinado problema. -----

Disse ser isso que se está a passar no caso do CCTAR e que o mesmo se verifica com, por exemplo, a questão da rede de saneamento, informando, a esse propósito, que até ao final do



próximo ano o problema do saneamento estará todo resolvido no Concelho de Santa Maria da Feira. Ressaltou que, como na questão do CCTAR, muitas pessoas ganharam novo fôlego para falar na situação do atraso do saneamento porque, como dissera anteriormente, estão preocupadas ao verem que esse problema vai ficar resolvido. -----

Concluindo, apelou aos Srs. deputados para que se deixassem de demagogia, ressaltando que o povo feirense já disse muitas vezes que não acredita em demagogia mas acredita em quem tem estado à frente da Câmara, e que vai continuar a acreditar. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por dizer compreender que, por vezes, ouvir certas verdades irrita, frisando que quando falou que a Câmara não paga às Juntas de Freguesia nem às associações concelhias, estava a falar verdades. Referiu que a Câmara, ao estar a assumir tais responsabilidades com a construção do CCTAR, num momento de austeridade, está a demonstrar coragem, frisando que o grupo municipal do PS vai respeitar essa decisão e vai votar favoravelmente o financiamento. -----

Frisou que o que quisera transmitir com clareza, na sua intervenção anterior, é que a Câmara foge do debate público, questionando, nesse âmbito, quais as razões para esse modo de proceder. Fez sobressair que o projecto do CCTAR merecia debate público, recordando que assuntos menos importantes já foram objecto de debates, na Assembleia Municipal. -----

Relativamente ao assunto Europarque, disse ser verdade que o Partido Socialista defendeu o Europarque em Santa Maria da Feira, e que apelou para que tudo se fizesse nesse sentido. Disse que, apesar disso, se sentia defraudado e traído, e que o Sr. Presidente da Câmara deveria estar a sentir o mesmo, porque nessa ocasião foi prometido progresso, que milhares de empregos seriam criados, que a Exponor seria transferida para Santa Maria da Feira, e mais uma série de coisas, e que nada disso aconteceu. Salientou serem questões fora do domínio municipal, mas que o Concelho saiu defraudado. -----

Terminou a sua intervenção sublinhando ser contra a apresentação de factos consumados, bem como dizendo compreender que quando se toca nas feridas elas possam doer. -----

Interveio o membro *Pedro Almeida* (CDU) que começou por dizer que, tendo todo o respeito pelo Sr. Presidente da Câmara, é verdade que o mesmo, referindo-se a outras forças políticas, habitualmente utiliza argumentos “ad hominem”, mas que não tinha nada a ver com isso



porque não lhe dizia respeito. Salientou no entanto que, agora, dizendo-lhe respeito, tinha o dever de dizer que não podia olhar a paternalismos, e que se os argumentos com elevação estavam esgotados, não era um problema seu. Solicitou, nessa medida, ao Sr. Presidente da Câmara, que lhe respondesse no mesmo tom em que colocou as questões, não pessoalizando e juntando com as restantes intervenções. -----

Frisou que quando colocou a questão relacionada com o hipermercado E. Leclerc nunca colocou a tónica na dimensão da loja, nunca falou em dimensão, dizendo não interessar se a dimensão da mesma corresponde a metade do tamanho do E. Leclerc ou ao dobro da dimensão do Feira Nova, ressaltando que o que interessa é a loja localizar-se no centro da cidade, e que é essa localização que deve ser questionada. -----

Concluiu dizendo que se se pretende fazer uma loja, então que seja feita no exterior da cidade, salientando haver imensos terrenos em redor da cidade que servirá esse propósito, sublinhando que a localização da loja no centro da cidade não é benéfica nem traz nada de positivo, independentemente da dimensão que venha a ter. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que começou por dizer que fizera perguntas concretas e que esperava obter respostas para as mesmas, recordando que uma das questões que colocou foi acerca da previsão para a demolição da escola EB1. Referiu que aproveitava a oportunidade para questionar se as associações concelhias foram consultadas relativamente ao projecto do CCTAR, salientando que algumas delas já vieram dizer, publicamente, que consideravam que o CCTAR irá ser mais um elefante branco. -----

Disse que, ao falar em elefante branco, tem de falar no Europarque, dizendo ser sabido o que foi dito pelo Bloco de Esquerda acerca desse projecto, ou seja, que seria um elefante branco. -- Concluiu ressaltando que o Sr. Presidente da Câmara, segundo declarações que prestou a um jornal nacional, estava ao corrente da situação. -----

Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, relativamente ao proferido pelo membro António Cardoso a respeito da promessa de transferência da Exponor para o Europarque, recordar que quem, pela primeira vez, em campanha eleitoral, anunciou o grande projecto da ampliação do Europarque, com a transferência da Exponor, foi o Partido Socialista. Referiu que o membro António Cardoso tem memória fraca e depois mete-se em -----



coisas que podia evitar.-----

Quanto à questão colocada pelo membro Nuno Serrano sobre a participação de terceiros no projecto do CCTAR, disse que nunca ouviu falar que houvesse participação de terceiros nesse projecto, e que não sabia onde é que o membro Nuno Serrano ouviu isso. -----

O membro *Nuno Serrano*, a partir do seu lugar, referiu que quem disse isso foi o Sr. Presidente da Câmara, em anteriores sessões da Assembleia Municipal.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* prosseguiu a sua intervenção dizendo que nunca ninguém falou em participação de terceiros. -----

Relativamente à questão referente à demolição da escola EB1, disse tratar-se de um plano e que essa escola poderá vir a ser demolida quando o Centro Escolar, a ser construído em Santa Maria da Feira, estiver concluído. Nesse âmbito, salientou que também já foi dito que a construção desse Centro Escolar só se podia iniciar quando a escola EB 2,3 Fernando Pessoa for transferida, dando nota que é intenção utilizar o espaço onde está localizada a escola EB 2,3 Fernando Pessoa para fazer o Centro Escolar de Santa Maria da Feira.-----

Concluiu dizendo que esse é um assunto que está mais do que clarificado, não percebendo como é que ainda são colocadas questões no âmbito dessa matéria. -----

Entretanto, durante a discussão deste assunto, saiu o membro Arménio Magalhães.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 54 votos a favor (PSD: 34, PS: 18, CDS-PP, Ind.), 2 abstenções (CDU, BE) e 0 votos contra, autorizar a repartição de encargos relativa ao procedimento concursal supra-identificado, da seguinte forma:-----

. Ano 2012 – 2.221.428,57 €; -----

. Ano 2013 – 3.332.142,86 €; -----

. Ano 2014 – 2.221.428,57 €-----

O membro *Nuno Serrano* (BE) disse que faria chegar à Mesa uma declaração de voto, relativamente ao ponto em causa.-----

É do seguinte teor a declaração de voto que o membro Nuno Serrano fez chegar à Mesa: -----

“Assistimos esta noite, finalmente, a uma pomposa e enganosa apresentação do projeto para o



CCTAR, na tradição da propaganda institucional que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira já nos habituou. Perante uma plateia foi apresentado um projeto hipoteticamente fundamental para um novo impulso na atividade económica do concelho; criaria muitos postos de trabalho; "Produziria cidadanias", seja lá o que isso for; ou como afirmou a Sra. Vereadora da Cultura na sua intervenção na apresentação oficial do projeto afirmou "Em Santa Maria da Feira é o sonho que comanda". Tem toda a razão. Os diversos Executivos camarários de Santa Maria da Feira sempre viveram fora deste mundo e prova disso é o atraso do nosso concelho. -----

Na apresentação oficial tudo foi apresentado como um dado adquirido, tudo estava financiado, apenas o Sr. Presidente não tinha certezas acerca da sustentabilidade futura do equipamento. Mas que a nível de custos estava tudo ponderado e não podiam desperdiçar este investimento, apesar de que se tivesse opção não utilizaria estas verbas neste projeto mas noutros mais prioritários. Em suma, tudo eram rosas com um ou outro espinho. -----

Mas isto foi a apresentação oficial, com muitos convidados ilustres, à comunidade. Na versão que conta, onde se decidia a aprovação da candidatura ao empréstimo para financiar o projeto, ou seja, na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, após questionado pelos membros da Assembleia, ficou-se a conhecer o projeto verdadeiro que difere bastante do que foi apresentado oficialmente. -----

Da discussão ficou-se a saber que a Fase II do projeto, essencial no ordenamento e usabilidade do espaço numa zona central da cidade, era para as calendas gregas. O espaço onde está atualmente a EB1 só veria a luz do dia quando o novo Centro Escolar fosse construído. E isso só aconteceria quando a atual espaço ocupado pela Fernando Pessoa fosse desocupado, ou seja, quando fosse construída a nova EB2/3 de Santa Maria da Feira, que pelos planos do atual governo PSD\CDS não se vislumbra quando. -----

Ficámos também a saber que a recuperação da pedreira não está incluída no projeto. É um outro processo e que seria semelhante ao das Pedreiras de Lourosa, ou seja, a solução minimalista e que estava pendente de um parecer do ministério das Finanças. -----

Ficámos também a saber que a Fase II não tem financiamento garantido e que será o próximo Presidente da Câmara a decidir se avança ou não para a sua execução, ou seja, quem vier que feche a porta. Sem a Fase II garantida este projeto não faz sentido. -----

Ficou claro que não foram feitos estudos sustentados acerca da viabilidade económica dos



equipamentos. É uma questão de fé do Sr. Presidente Alfredo Henriques.-----
Ficou também claro que a construção do CCTAR e a possível recuperação do grave passivo ambiental representado pela pedreira são expediente encontrado para a autorização da construção de mais uma superfície comercial no centro da cidade e com sérios problemas de trânsito. -----
Por todas estas dúvidas não esclarecidas o nosso sentido de voto não pode ser outro que não a abstenção.”-----

4 – Candidatura no âmbito do Empréstimo-Quadro (EQ) ao BEI -----

- Financiamento no montante de 1.346.920,00 € -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 31 de Outubro de 2011 entretanto enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que começou por dizer considerar ser o momento oportuno para discutir e tecer algumas considerações relativamente ao projecto do CCTAR, apesar do assunto tratar especificamente do financiamento.-----

Disse não ter dúvidas, pelo que teve a oportunidade de observar, de que o projecto apresentado para o CCTAR, para os pólos I e II, é arrojado e interessante, ressaltando também entender que o custo/benefício do mesmo é tentador. Referiu que o esforço da Câmara, segundo disse ter percebido, rondará os 10% do valor da obra, não contando com os cerca de 300 mil euros que a Câmara pretende receber pelo terreno que o Grupo SONAE cedeu à Câmara.-----

A respeito desse negócio, entre a Câmara e o Grupo SONAE, disse lhe permanecerem dúvidas, salientando que, segundo entendeu, aquele grupo comprou um terreno que tinha uma zona urbanizável e uma pedreira por detrás e, em troca da construção do centro comercial, cedeu o problema do terreno, ou seja, a pedreira, à Câmara de Santa Maria da Feira. -----



(Handwritten initials and marks)

Fez sobressair que, se foi esse o negócio, então que considera ser um mau negócio para a Câmara, que é um presente envenenado, dando nota que as pedreiras podem trazer muitos problemas, sublinhando não saber que estudos foram feitos relativamente às pedreiras. Disse ter visto, na apresentação do projecto, um espelho de água muito bonito, mas que não sabe se as fontes de água existentes serão suficientes para criar aquele espelho de água, salientando, nesse âmbito, haver muitas dúvidas técnicas que podem ser criadas à volta dessa matéria, tais como os problemas que podem causar o enchimento total da pedreira com água. -----

Prosseguiu dizendo que, segundo ouviu na apresentação do projecto, o pólo II do CCTAR vai ser construído por fases, primeiramente a sala de espectáculos que vai substituir o Cine-teatro António Lamoso e, posteriormente, a recuperação das pedreiras, a demolição da escola EB1 e a construção de uma praça na zona dessa escola. -----

Nessa medida, questionou se o financiamento em questão contempla todo o projecto ou se somente uma dessas partes, questionando se, mais tarde, quando a Câmara pretender fazer a referida praça, se a mesma vai ser feita às expensas da Câmara de Santa Maria da Feira. Perguntou, também, se no financiamento estão contemplados os equipamentos que apetrecharão os pólos do CCTAR, salientando ser sabido que alguns desses equipamentos, como os que equiparão o estúdio de gravação, são bastante caros. -----

Aludiu, em seguida, à questão da sustentabilidade, frisando que, apesar de gostar do projecto e de considerar que a relação custo/benefício é boa, concordando, nesse âmbito, com o proferido pelo membro José Leão quando diz ser uma forma de fazer uma sala nova praticamente de graça, ficando mais barato do que se efectuasse a renovação do actual Cine-teatro, assaltavam-lhe algumas dúvidas quanto a essa questão. -----

A esse respeito, referiu que muitos dos espectáculos que são feitos no Cine-teatro António Lamoso acarretam custos directos para a Câmara, como é o caso do Festival para Gente Sentada, e que, tendo uma sala com melhores condições, vai haver a tentação de recheiar a programação anual dessa sala com mais espectáculos, trazendo, conseqüentemente, mais despesa para a Câmara. -----

Referiu que as suas dúvidas continuam, dizendo que comparava o pólo I do CCTAR com o Europarque, salientando que, certamente, também foram feitos estudos e planeamentos financeiros relacionados com a sustentabilidade do Europarque, no pressuposto do mesmo ter uma determinada taxa de ocupação. Ressaltou que essa taxa de ocupação não se veio a



verificar porque, caso se tivesse verificado, o Europarque seria sustentável e até pagaria, por si, as amortizações da sua construção. -----

Salientou que poder-se-á cair na tentação de praticar preços muito baratos para fazer ocupar o pólo I do CCTAR, mas que nunca vão pagar os custos reais do edifício ou, pelo contrário, praticar preços muito elevados que, supostamente, sustentariam o edifício mas que serão muito pouco atractivos, levando à não ocupação desse pólo. Disse não ter dúvidas de que essa será uma gestão muito complicada de fazer por parte da Câmara Municipal. -----

O membro Rui Tavares concluiu a sua intervenção dizendo serem essas as dúvidas que tinha, solicitando ser devidamente esclarecido essencialmente quanto à questão do negócio feito com o Grupo SONAE para, desse modo, poder perceber exactamente do que o mesmo trata. --

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) para, aludindo ao pavilhão gimnodesportivo de Fiães, dizer que, em 19 de Abril de 2009, o Sr. Presidente da Câmara lançou a 1.ª pedra desse equipamento e disse que dentro de um ano o novo pavilhão gimnodesportivo de Fiães seria inaugurado, salientando ser essa a informação que consta no sítio na internet da Câmara Municipal. -----

Frisou que o processo de construção do pavilhão gimnodesportivo de Fiães exemplifica claramente a estratégia da Câmara Municipal para o Concelho de Santa Maria da Feira, ou seja, “navegar à vista”. -----

Concluindo, disse ser importante salvaguardar e esclarecer se a conclusão da obra está assegurada, em tempo útil, tendo em conta a situação do construtor. -----

Interveio o membro *Marco Jesus* (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, -----

Fomos convocados para estarmos cá hoje, nesta sessão extraordinária, para aprovar um financiamento do Banco Europeu de Investimento, que irá contemplar duas grandes obras no Concelho. A Casa das Artes e o Pavilhão gimnodesportivo de Fiães. -----

Quanto à primeira obra, a Casa das Artes, está deveras patente no seu nome o sentido artístico da obra, mas tal, infelizmente, não acontece com a obra fianense. Essa obra, por sua vez, embora não tenha um nome tão pomposo, não lhe tem faltado nenhuma arte. Aliás, sem



qualquer pretensão, elevaríamos mesmo a obra fianense à categoria de best-seller da arte de bem gerir a coisa pública.-----

Senão vejamos: começamos pela razão de estarmos cá hoje que nós consideramos ser a última obra de arte deste executivo. Ora, a Câmara Municipal vem solicitar a esta Assembleia que aprove um empréstimo para a construção/concepção do Pavilhão de Fiães quando ele, é sabido, já existe, está lá, pelo menos com a primeira fase da sua execução terminada, demonstrando que, porventura, a Câmara inicia as obras no concelho sem o devido e reflectido planeamento orçamental e que passa a vida a correr atrás do prejuízo. Tal situação, admito, não é a pior das maldades desta Câmara, só vem mesmo é acrescentar mais arte ao que tem sido uma série de lamentáveis e consecutivas práticas na condução da obra, desde o seu início. Senão vejamos:-----

A primeiríssima obra de arte deste executivo, foi conceber um projecto que previa uma lotação de 200 lugares para um pavilhão a ser construído numa cidade como Fiães, convenhamos, não pode ser nada sério e demonstra uma gritante falta de visão estratégica.---- De seguida, vem a segunda obra de arte: A Câmara tenta corrigir as suas falhas de planeamento e aumenta a volumetria do pavilhão sem respeitar os trâmites legais que exigia aprovação da Câmara e sem a devida alteração do projecto e do respectivo caderno de encargos (situação detectada, como sabe, por um Vereador socialista). Bem isto não é bem arte, é obra.-----

Para além disso, a acrescentar à trapalhada, em favoráveis condições para ser a cereja em cima do bolo, vem a terceira obra de arte:-----

Ficou-se a saber, que a Câmara construiu uma obra num terreno que não lhe pertencia. Pois, como é do conhecimento de todos nós, só recentemente é que a Junta de Freguesia de Fiães veio solicitar à Assembleia de Freguesia, a cedência de um terreno para... a construção do pavilhão gimnodesportivo.-----

Sr. Presidente, permita-me dizer-lhe que resulta evidente que, à semelhança do que acontece com outras obras do género, o Partido Socialista enaltece a importância deste tipo de infra-estruturas, pelo incentivo que origina às práticas desportivas, sublinhando, em particular, que a sua construção é uma necessidade premente para a cidade de Fiães e que tarda a ficar concluída. Não podemos é, todavia, fazer pactos silenciosos com estas confusões.-----

Nós bem queremos, nós bem tentamos estar do lado da solução mas só vemos problemas



envoltos de uma obscuridade tremenda. De resto, não adianta chamar-nos de “inimigos disto ou daquilo” porque nada nos moverá da luta pela transparência e pelos interesses dos feirenses e, neste caso, em concreto, dos fianenses. -----

As irregularidades sucederam-se a galope enquanto isso, a cidade espera e desespera pelo seu pavilhão. A nós resta-nos também esperar que o adágio popular se engane quando diz “O que nasce torto, tarde ou nunca se endireita”. -----

Para terminar, vamos apoiar este pedido de financiamento porque se trata de uma obra muito importante para o desporto na cidade de Fiães mas acusamos a Câmara que sendo incompetente no projecto inicial e na sua estimativa orçamental subavaliou a obra e perdeu importantes verbas de comparticipação. Provavelmente que as verbas que hoje queremos que sejam financiadas ter-se-iam evitado. Já agora, Sr. Presidente, peço que nos diga qual o valor final do pavilhão, e aqui incluo eventuais indemnizações ao empreiteiro pela parte da Câmara aquando da rescisão do contrato com o mesmo, e o valor da comparticipação dos fundos estruturais.” -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por responder às questões colocadas pelo membro Rui Tavares, concretamente a relacionada com o negócio feito com o Grupo SONAE. Referiu que quando a Câmara autoriza uma loja o faz negociando algumas contrapartidas e que foi isso que aconteceu com o Grupo SONAE, construtor da loja. -----

Disse que isso já aconteceu anteriormente numa loja da mesma rede, do Grupo SONAE, em que o que foi negociado foi a empresa substituir a Câmara na feitura de uma obra que a Câmara já tinha adjudicado, por uma verba na ordem dos 250 a 300 mil euros. Esclareceu que, nesse caso, a Câmara falou e rescindiu com o empreiteiro e a empresa assumiu a obra, dizendo supor que, para que o empreiteiro não pedisse uma indemnização à Câmara pela rescisão, a própria empresa entregou a obra ao mesmo empreiteiro. Disse que, desse modo, ficou aí saldado o compromisso da empresa. -----

Salientou que da mesma forma se passou com o E. Leclerc. Informou que o E. Leclerc, por questões de licenciamento, funciona como duas lojas, que teve dois licenciamentos, que no primeiro deu à Câmara uma verba que terá andado sensivelmente nos 300 mil euros e que, no segundo licenciamento, assumiu um compromisso de fazer uma rua, para a qual a Câmara tem de colocar os terrenos à disposição. Deu nota que, até ao momento, a Câmara não



disponibilizou todos os terrenos, referindo, contudo, que a obra está caucionada em cerca de 700 ou 800 mil euros, mas que isso não quer dizer que a obra vá custar esse valor.-----

Prosseguiu dizendo que, no caso concreto do acordo que a Câmara efectuou com quem vai construir a loja, foi acordada a cedência da parte sobrance do terreno que está a ser ocupado pela loja, que são cerca de 12 mil metros, e que nessa parte sobrance se inclui a pedreira. -----

Referiu que a Câmara comprou o terreno à empresa, que fez uma escritura de compra à empresa e que lhe pagou, segundo disse supor, cerca de 340 mil euros, e que a empresa pagou à Câmara 350 mil euros, para reforço de infra-estruturas. Salientou então que, na realidade, a empresa comparticipou para infra-estruturas um valor superior ao custo do terreno, tendo, por isso, o terreno vindo à posse da Câmara sem esforço de Tesouraria.-----

Relativamente à afirmação do membro Rui Tavares de que aquele terreno, nas condições em que está, é um mau investimento para a Câmara, disse que se está a falar de 12.000 metros e que a Câmara está a expropriar uma antiga pedreira em Lourosa, com cerca de 3.000 metros, e que o tribunal está a mandar a Câmara depositar 460 mil euros. Frisou que a Câmara vai reclamar esse valor, mas que é para se ter uma noção dos valores em causa, acrescentando ainda que, em termos de localização, não é comparável o terreno sito em Santa Maria da Feira com o de Lourosa, na zona das pedreiras. -----

Ressaltou também que, no acordo realizado, o empreiteiro assumiu ainda o compromisso da feitura de um acesso ao CCTAR. Disse ter sido esse o acordo feito mas que, posteriormente, poderia explicar melhor o porquê da Câmara ter acordado desse modo. -----

Relativamente ao que está contemplado nos 8 milhões de euros do financiamento, disse estarem contemplados os dois pólos e o respectivo equipamento e que servirá, também, para pagar a parte do projecto que compete à Câmara, na parte das especialidades. Referiu que essa parte do projecto é comparticipada, que é comparticipado o terreno na ordem dos 300 mil euros, e que é comparticipado, em 80%, o custo da obra e o equipamento do recheio. -----

Informou, a propósito, que numa reunião do Conselho Geral da ANMP, na qual esteve presente, foi dito que o Governo já anunciou, nas negociações que tem mantido com a Direcção da ANMP, que os projectos dos fundos comunitários vão passar a ter uma comparticipação de 85%. Referiu que, apesar de ainda não estar por escrito, essa medida foi anunciada pelo Governo à ANMP e que, portanto, a comparticipação que a Câmara estava a contar ser de 80% será, muito possivelmente, de 85%.-----



Quando à recuperação da pedreira disse que a Câmara espera fazer aquilo que está a ser feito com as pedreiras de Lourosa, ou seja, apresentar uma candidatura para a recuperação de passivos ambientais. Frisou, no entanto, que o pólo II do CCTAR, desde que construído, funcionará normalmente mesmo sem a recuperação da pedreira. -----

Relativamente à escola EB 1, disse que a escola é uma parte do plano e que a demolição da mesma poderá ser feita em dado tempo, quando houver outra solução para as escolas. Fez sobressair que o actual Cine-teatro António Lamoso funcionou e está a funcionar sem a demolição da escola. Referiu entender que as coisas devem ser planeadas, que entretanto vai ser concretizada a primeira fase e, futuramente, quem estiver à frente dos destinos da Câmara Municipal avançará com a obra segundo o que estiver planeado. -----

Prosseguiu aludindo à questão da sustentabilidade, dizendo que a Câmara está a pensar fazer uma gestão dos equipamentos com o menos pessoal possível, dando nota que, quanto ao pólo II, vai funcionar com um funcionário e que esse desempenhará as funções que actualmente desempenha com o Cine-teatro António Lamoso e que, no que respeita ao pólo I, terá mais ou menos pessoal conforme a ocupação que esse pólo venha a ter. Disse que era bom que tivesse muita ocupação na medida em que se prevê que a ocupação do pólo I venha a ser paga. -----

Relativamente à questão levantada pelo membro Nuno Serrano a propósito do pavilhão desportivo de Fiães, disse considerar desnecessário falar muito desse processo dadas as circunstância em torno do mesmo, referindo ser sabido que a empresa que ganhou o concurso público para essa obra efectuou o pedido de insolvência e que a Câmara, mediante isso, já não pode contratualizar com a mesma. Salientou que, perante essa situação, a Câmara contactou a empresa que ficou classificada em segundo lugar no concurso, pedindo-lhe a documentação por forma a celebrar o contrato, para que a mesma possa avançar com a obra. Informou tratar-se de uma empresa com sede em Oliveira do Hospital. -----

Quando à intervenção efectuada pelo membro Marco Jesus, salientou que o mesmo proferiu afirmações que não correspondem à realidade, e que considerava a intervenção do Marco Jesus mais uma crítica dirigida à Junta de Freguesia do que propriamente à Câmara Municipal. Sobre a questão do terreno, disse não perceber o drama de uma Junta de Freguesia, para resolver um problema da sua terra e para permitir o avançar de uma obra, tenha dito à Câmara para avançar com a mesma e que o problema da formalização da cedência do terreno se resolveria posteriormente. -----



[Handwritten initials]

Referiu que a Junta de Freguesia entendeu, e bem, juntamente com a Câmara, que era razoável fazer uma ampliação ao pavilhão existente, conseguindo um terreno para esse efeito, salientando que a Câmara mandou avançar a obra nesse terreno mesmo sem a formalização da cedência porque, como pessoas de bem que são a Câmara e a Junta de Freguesia, entenderam que esse era um processo burocrático que se resolveria a seguir. Frisou ser isso que está a ser feito, e que só percebe o drama causado pelo facto de algumas pessoas necessitarem de arranjar problemas quando constatarem que as obras estão a ser iniciadas e que vão ser concretizadas. -----

Salientou que a Câmara não perdeu fundos porque fez a primeira fase da obra e recebeu a comparticipação dessa primeira fase e porque mantém a comparticipação do financiamento para a segunda fase. -----

Disse que se mantém essa comparticipação porque está contratualizada, e que é baseado nesse contrato que é pedido um empréstimo ao BEI, ressaltando que os empréstimos do BEI são complementares em projectos financiados pelos fundos comunitários. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que o Programa Operacional Valorização do Território (POVT), na análise das candidaturas, aprovou a candidatura apresentada pela Câmara referente ao Pavilhão Desportivo de Fiães, para ter o financiamento do BEI. Referiu que a questão é tão simples quanto isso e, como tal, não percebe o drama feito à volta de uma questão tão clara e transparente. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) para perguntar se já foi dado início ao processo para apresentar a candidatura para o financiamento no âmbito da recuperação das pedreiras das Penas, e qual o prazo para a execução dessa mesma recuperação. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que a Câmara tem um processo de financiamento para a recuperação de passivos ambientais, uma candidatura aprovada, para as pedreiras de Lourosa, e que essa obra já está adjudicada e que terá o seu início brevemente. -----

Quanto à pedreira das Penas, disse ser um processo que está a ser preparado, que está pendente da aprovação por parte do Ministério da Economia, explicando que somente após essa aprovação é que a Câmara poderá apresentar uma candidatura. -----



O membro *Marco Jesus* (PS) pediu a palavra para, a respeito do terreno para a ampliação do pavilhão desportivo de Fiães, dizer que não há drama nenhum mas que o certo é que o proceder tido pela Câmara é ilegal, questionando se se demolia o pavilhão caso a Assembleia de Freguesia de Fiães não tivesse aprovado a cedência do terreno. -----

Entretanto, durante a discussão deste assunto, saíram os Presidentes das Juntas de Freguesia de Guisande – Mário Luís Silva, São Miguel de Souto – António Feliciano Pinho, Mosteirô – Manuel Fernando Custódio, Santa Maria de Lamas – Francisco Camilo Ferreira, Travanca – António Sérgio Silva, Paços de Brandão – Firmino Costa, Rio Meão – Mário Jorge Reis, e a representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Gião – Sara Raquel Freitas.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor (PSD: 30, PS: 14, CDS-PP, Ind.), 2 abstenções (CDU, BE) e 0 votos contra, autorizar a Câmara Municipal a contrair um financiamento no âmbito supra-identificado, no montante de 1.346,920,00 €, para os projectos de Construção do CCTAR – Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua e de Construção do Pavilhão Desportivo de Fiães, nos termos da deliberação camarária de 31 de Outubro de 2011, tendo tomado conhecimento do quadro com os projectos a que se refere o empréstimo e respectivas condições de financiamento, dos officios remetidos pelo POVT e ON2, bem como o mapa demonstrativo da Capacidade de Endividamento do Município – documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respectivo livro de actas. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* submeteu a minuta da acta desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a acta desta sessão.-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 01,30 horas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta acta que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente em exercício,



O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

